

INQUÉRITO POLICIAL

10ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Editora CEDACS

PRÉVIA

Inquérito policial

10ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

SUMÁRIO

Título II - INQUÉRITO POLICIAL

Capítulo I - Disposições Preliminares

Seção I - Disposições introdutórias

1. Fases da persecução criminal (localização do tema)

1.1 Modelos de investigação preliminar

2. Conceito, finalidade e natureza jurídica do inquérito policial

3. Origem do inquérito policial (evolução histórica)

4. Classificação das funções policiais

5. Funções do inquérito policial

6. Valor probatório dos elementos colhidos no inquérito policial

6.1 Elementos de informação e provas

6.2 Alcance do art. 155 do CPP

6.3 Provas irrepetíveis e produção antecipada

7. Vícios do inquérito policial

Seção II - Presidência do inquérito policial

1. Disposição legal

2. Conceito de autoridade policial

3. Jurisdição x circunscrição (competência x atribuição)

4. Critérios de definição das atribuições da autoridade policial

4.1 Critério material (ratione materiae)

4.1.1 Definição da polícia com atribuição para conduzir a investigação

4.1.2 Definição do órgão policial encarregado da investigação

4.1.3 Invasão de atribuições

4.2 Critério territorial (ratione loci)

4.3 Critério em razão da pessoa (ratione personae)

4.4 Diligências em outra circunscrição (art. 22 do CPP)

5. Atributos da autoridade policial na condução do inquérito policial

6. Natureza / características das funções de polícia judiciária

7. Perda ou transferência de titularidade do IP

7.1 Princípio do delegado natural

8. Remoção

Seção III - Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)

1. Previsão legal
2. Conceito de termo circunstanciado (de ocorrência)
3. Conceito de infração de menor potencial ofensivo
4. Inaplicabilidade do termo circunstanciado
5. Atribuição para lavratura do termo circunstanciado
6. Autor do fato
7. IMPO não-transeunte
8. Possibilidades em caso de estado flagrancial
   - 8.1 Identificação das situações de flagrância
   - 8.2 Identificação das fases do flagrante e seus legitimados
   - 8.3 Regra geral
   - 8.4 Usuário de drogas
9. Violência doméstica
10. Arquivamento do termo circunstanciado
11. Investigação complementar ao termo circunstanciado

Seção IV - Investigações extrapoliciais

1. Investigações promovidas pelo Inquérito policial militar
2. Investigações promovidas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito
3. Investigações promovidas pelo Inquérito Civil
6. Investigações promovidas pelo Poder Judiciário, em seus membros
7. Investigações promovidas pelo Ministério Público, em seus membros
9. Investigações promovidas pelo Inquérito Policial de Expulsão
10. Investigações promovidas em acidentes e incidentes aeronáuticos
11. Investigações promovidas por Agentes da Administração Pública
12. Investigações promovidas por Agentes Florestais
13. Investigações promovidas pela defesa
14. Inquérito judicial e investigação de ofício pelo Poder Judiciário

Seção V - Atribuições do Ministério Público relacionadas à persecução criminal

1. Funções institucionais atribuídas pela CRFB ao Ministério Público
2. Participação do MP na investigação promovida pela Polícia
3. Investigação promovida pelo Ministério Público
   - 3.1 Conceito, natureza e finalidade do PIC
   - 3.2 Discussão acerca da legitimidade investigatória do MP
   - 3.2.1 Argumentos favoráveis
   - 3.2.2 Argumentos desfavoráveis
   - 3.3 Proposta de Emenda à Constituição

3.4 Posição do STF

3.4.1 Parâmetros fixados em 2024

3.4.2 Dados fiscais e bancários

Capítulo II - Características do Inquérito Policial

2. O inquérito policial é um procedimento filtro (filtragem)

3. O inquérito policial é um procedimento escrito (formalidade)

4. O inquérito policial é um procedimento oficial (oficialidade)

4.1 Detetive particular

8. O inquérito policial é um procedimento oficioso (oficiosidade)

9. O inquérito policial é um procedimento sistêmico (sistematicidade)

11.1 Delineamento legal

11.2 Classificação do sigilo do inquérito policial

11.2.1 Quanto à função do sigilo

11.2.2 Quanto ao alcance do sigilo

11.3 Acesso do advogado ao inquérito policial

11.3.1 Fundamento constitucional da figura do advogado

11.3.2 Regulamentação

11.3.3 Conflito de normas e a sua solução

11.3.4 Disciplina do EOAB

11.3.5 Identificação dos limites do sigilo e do acesso do advogado

11.3.6 Definição dos limites em caso de diversos investigados

11.3.7 Formalização do acesso do advogado

11.3.8 Retirada dos autos

11.3.9 Mecanismos de impugnação em caso de negativa ao pedido de vista

11.3.10 Abuso de autoridade

Capítulo III - Desenvolvimento do Inquérito Policial

Seção I - “Notitia Criminis”

1. Conceito

2. Espécies de “notitia criminis”

2.1 “Notitia criminis” de cognição direta ou imediata

2.2 “Notitia criminis” de cognição indireta ou mediata

2.2.1 “Notitia criminis” x “delatio criminis”

2.2.2 Classificação da “delatio criminis”

2.3 “Notitia criminis” de cognição coercitiva

3. “Notitia criminis” x queixa-crime – distinção

4. Denúncia anônima (delação apócrifa ou notícia inqualificada)

4.1 Verificação Preliminar da Informação (VPI)

4.2 Posição da Suprema Corte

4.3 Limites

4.4 Disque-denúncia e informante do bem

Seção II - Início do inquérito policial

3. Nos crimes de ação penal de iniciativa privada (art. 5º, §5º, CPP)

4. Juízo de tipicidade na instauração

Seção III - Peças inaugurais do inquérito policial

1. Portaria (art. 5º, I, CPP)

2. Requisição do Ministério Público ou do Juiz (art. 5º, II, CPP)

2.1 Sentido

2.2 Negativa em cumprir a requisição

2.3 Autoridade coatora

2.4 Conteúdo da requisição e requisição genérica

2.5 Requisição depois de investigação do Ministério Público

3. Requerimento (art. 5º, II, §§2º e 5º, CPP)

3.1 Cabimento

3.2 Prazo

3.4 Destinatário – a quem se dirige

3.5 Medidas cabíveis do indeferimento de instauração

3.6 Prazo para recorrer

3.7 Legitimados a recorrer

3.8 Destinatário – a quem se dirige

3.9 Possibilidades do Chefe de Polícia

3.10 Requisitos do requerimento (art. 5º, §1º)

5. Auto de prisão em flagrante (APF)

Seção IV - Atos de investigação e de polícia judiciária

Subseção I - Ajuste terminológico

Subseção II - Procedimentos previstos no art. 6º do CPP

1. Conservação do local do crime (inc. I)

1.1 Finalidade

1.2 Exceção

1.4 Cadeia de custódia

1.5 Deslocamento ao local e registro das alterações

1.6 Evidência digital

2. Apreensão de objetos (inc. II)

2.1 Objetos que interessam ao processo penal

2.2 Coisas que podem ser apreendidas

2.3 Ocasiões (circunstâncias) de apreensão dos objetos

2.4 Apreensão de objetos no domicílio

2.5 Destino dos objetos

2.6 Aparelho celular apreendido

2.7 Busca pessoal

2.8 Escritório de advocacia

4. Oitiva do ofendido e das testemunhas (inc. IV)

4.1 Abrangência

4.2 Disciplina legal

4.3 Metodologia

4.4 Depoimento “reduzido a termo”

4.5 Inexistência de escrivão

4.6 Mecanismo de chamamento

4.7 Consequências em caso de negativa injustificada de comparecimento

4.8 Ofendido

4.9 Ofendido ou testemunha com prerrogativa

5. Interrogatório do indiciado (inc. V)

5.1 Disciplina legal

5.2 Metodologia

5.4 Incomunicabilidade do indiciado (art. 21 do CPP)

5.5 Direito de assistência técnica

5.7 Condução coercitiva

5.8 Interrogatório durante o repouso noturno

5.9 Falsa identidade

5.10 Direito de ser ouvido

6. Reconhecimento de pessoas e de coisas (inc. VI, 1ª parte)

6.1 Finalidade

6.2 Disciplina legal

6.3 Espécies

6.4 Modalidades

6.5 Observância obrigatória do art. 226

6.6 Participação do investigado

7. Acareações (inc. VI, 2ª parte)

7.1 Finalidade

7.2 Disciplina legal

7.3 Modalidades

7.4 Voluntariedade e presença do advogado

8. Perícias (inc. VII)
    8.1 Exigência legal
    8.2 Número de peritos
    8.3 Obrigatoriedade de deferimento da perícia
    8.4 Meio de impugnação
    8.5 Prioridade
    8.6 Violência sexual
    8.7 Quesitos e assistente técnico
9. Identificação criminal do indiciado (inc. VIII)
    9.1 Conceito/finalidade
    9.2 Fundamento constitucional
    9.3 Evolução cronológica do tema
    9.4 Consequências da Lei 12.037/2009
    9.5 Identificação, qualificação e reconhecimento
    9.6 Documentos de identificação civil
    9.7 Autoridade competente
    9.8 Recusa do identificando
    9.9 Perfil genético na investigação
    9.10 Sigilo e retirada da identificação fotográfica
    9.11 Banco Nacional Multibiométrico
    9.12 Folha de antecedentes
10. Averiguação da vida pregressa do indiciado (inc. IX)
    10.1 Finalidade
    10.2 Formalidade
    10.3 Crítica à credibilidade do procedimento
    10.4 Crítica à legitimidade do inciso
11. Coleta de informações sobre existência de filhos (inc. X)

Subseção III - Outros procedimentos previstos no CPP

1. Reprodução simulada dos fatos (art. 7º, CPP)
    1.1 Finalidade
    1.2 Limitações legais
    1.4 Natureza e hipóteses de vedação
    1.5 Intimação da defesa
    1.6 Reconstituição e levantamento do local
5. Regularidade das estatísticas oficiais (art. 23, CPP)
    5.1 Polícia preditiva
6. Sequestro de bens (art. 127, CPP)

7. Incidente de insanidade mental (art. 149, §1º, CPP)

8. Medidas cautelares diversas da prisão (art. 282, §2º, CPP)

9. Prisão preventiva (art. 311, CPP)

10. Fiança (art. 322, “caput”, CPP)

Subseção IV - Procedimentos previstos em legislação extravagante

1. Prisão temporária (art. 2º, L. 7.960/89)

2. Interceptação telefônica (art. 3º, I, L. 9.296/96)

4. Acesso a dados cadastrais do investigado (art. 17-B, L. 9.613/98)

5. Quebra de sigilo bancário / financeiro (art. 1º, §4º, LC 105/01)

8. Organização criminosa (art. 3º, L. 12.850/13)

9. Ação terrorista (art. 12, L. 13.260/16)

11. Atribuições genéricas (art. 2º, §2º, L. 12.830/13)

12. Infiltração virtual de agentes (arts. 190-A a 190-E, L. 8.069/90)

Seção V - Formalização dos atos

1. Providência anterior à instauração

2. Providências para a instauração

3. Providências posteriores à instauração

1. Fundamentos principiológicos do direito de defesa no processo penal

2.1 Alcance da ampla defesa no inquérito policial

2.2 Alcance do contraditório no inquérito policial

3. O Pacote Anticrime e a constituição de defesa no inquérito policial

3.1 Alcance do dispositivo

3.2 A cientificação do investigado

3.3 A indicação de defensor pela instituição (§§ 2º a 5º)

3.4 Críticas e alcance prático

1. Conceito

2. Momento da formalização do indiciamento

2.1 Limite temporal do indiciamento

3. Espécies

4. Ato vinculado ou discricionário?

5. Ato fundamentado

6. Peculiaridades de determinados investigados

7. Reflexos do indiciamento para o Ministério Público

8. Requisição de indiciamento pelo Ministério Público

9. Consequências do indiciamento

10. Medida para impedir o indiciamento

11. Desindiciamento

12. Indiciamento no termo circunstanciado

Seção VIII - Encerramento das investigações

Subseção I - Disposições gerais

1. Relatório

2. Limites da análise da autoridade policial

3. Prazos para a conclusão do inquérito policial

3.1.1 Indiciado preso

3.1.1.1 Ausência de referência à prisão temporária

3.1.2 Indiciado solto

3.1.3 Marco inicial da contagem do prazo

3.1.4 Natureza jurídica do prazo

3.3 Crimes contra a economia popular

3.4 Crimes da Lei de Drogas

3.6 Crimes da Lei Raul Jungmann

3.7 Quadro sinótico dos prazos para a conclusão do inquérito policial

4. Destinatários do inquérito policial

Subseção II - Atribuições do Ministério Público posteriores ao inquérito policial

1. Nos crimes de ação penal pública

2. Nos crimes de ação penal privada

3. Acordo de não-persecução penal (ANPP)

3.1 Conceito e natureza jurídica

3.2 Obrigatoriedade mitigada

3.3 Requisitos do ANPP

3.3.1 Pressupostos

3.3.2 Condições

3.4 Vedações ao ANPP

3.5 Controle judicial

3.6 Formalização e comunicação do ANPP

3.7 Consequências jurídicas

3.8 Constitucionalidade dos dispositivos

Capítulo IV - Arquivamento do Inquérito Policial

Seção I - Disposições preliminares

1. Indisponibilidade à autoridade policial

2. Arquivamento em crime de ação penal privada

3. Vedação do arquivamento de ofício pelo juiz

4. Fundamentos do arquivamento

Seção II - Evolução legislativa e jurisprudencial

1. Redação original do Código de Processo Penal
2. Redação dada pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019)
3. Enfrentamento do tema pelo STF
4. Reflexos da nova redação pela interpretação do STF

Seção III - Espécies de arquivamento

1. Arquivamento autêntico
2. Arquivamento implícito ou tácito
3. Arquivamento indireto
4. Arquivamento originário
5. Arquivamento definitivo
6. Arquivamento provisório ou precário

Seção IV - Força (carga) da decisão de arquivamento

1. Coisa julgada formal
2. Coisa julgada formal-material

Seção V - Recursos da decisão de arquivamento

1. Ao Poder Judiciário
2. Ao Ministério Público
3. Mandado de segurança contra a decisão de arquivamento
4. Ação penal privada subsidiária e arquivamento

Capítulo V - Disposições Finais

2. Trancamento do inquérito policial

Capítulo VI - Atuação do Advogado

1. Medidas para impulsionar a instauração do inquérito policial
2. Medidas cabíveis do indeferimento de instauração
4. Medida para garantir contato com o investigado preso
5. Medida para garantir realização de exame de corpo de delito
6. Medida para assegurar o direito de não-comparecimento
8. Medida para impedir o indiciamento
9. Medida para promover o trancamento de inquérito policial
10. Medidas diante do arquivamento do inquérito policial

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.